

PF não vai fiscalizar as escolas irregulares

JOAQUIM DE CARVALHO

O diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, quer o mínimo de atuação policial no caso das mensalidades escolares. Ontem, duas horas depois de receber o vice-presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo, Sérgio Arcuri, ele disse que não será feita nenhuma blitz generalizada nas escolas com preços irregulares.

Em vez de solicitarem a ação policial, ele aconselhou os pais a depositar em juízo as mensalidades, caso os preços cobrados pela escola estejam acima do permitido pela lei.

"Não fica bem para a formação de um aluno do curso secundário a polícia dentro da escola", disse Romeu Tuma. "Nó só iremos nos colégios caso os conselhos de educação solicitem", afirmou. Ele acrescentou que as listas que os conselhos de educação estão publicando com os nomes das escolas irregulares servem como edital para que esses estabelecimentos regularizem a situação. Segundo Tuma, essas listas não servirão de roteiro para a polícia.

O diretor da Polícia Federal, que é também o secretário da Receita Federal, anunciou a prisão de Celso Piva Júnior, proprietário do Colégio Comercial "Presidente Kennedy", em Guarulhos. A prisão de Piva não tem nenhuma relação com as mensalidades. O dono da escola foi preso em flagrante na noite de quinta-feira porque sonegava Imposto Sobre Serviços (ISS) à prefeitura e não cumpria obrigações trabalhistas. O Colégio Presidente Kennedy tem 800 alunos.



Paulo Vitale/AE

Romeu Tuma: "Não fica bem a polícia dentro da escola"

Parte da lista das escolas com mensalidades irregulares que o jornal *Folha de São Paulo* publicou ontem está errada, segundo João Cardoso Palma, vice-presidente do Conselho Estadual de Educação (CEE). O jornal relaciona 71 estabelecimentos que estão com seus preços autorizados pelo Conselho Federal de Educação (CFE). "A *Folha* interpretou mal uma das listas", afirmou. A pedagoga Sylvia Gouveia, diretora do Grupo, entidade que representa a maior parte das escolas relacionadas, lamentou o erro. "Ele causa danos irreparáveis à educação", comentou.

O jornalista Mário Vitor Santos, secretário de redação do *Folha de São Paulo*, atribuiu ao CEE a responsabilidade pela re-

lação das escolas. "A *Folha* não inventou nenhuma lista", reagiu Santos. "A publicação dos nomes das escolas está associada a uma guerra surda que existe entre o conselho e essas escolas". O *Diário Oficial do Estado* divulga hoje a lista completa das escolas cujos preços foram analisados pelo CEE.

Correção

O quadro "Explosão de vagas", publicado na página 16 da edição de domingo, dia 29, tem um erro. Na primeira linha, onde deveria constar o nome da Universidade Paulista (Unip), saiu Universidade Estadual Paulista (Unesp). O lugar correto da Unesp no quadro é na última linha.